

COMO PROTEGER A CAPACIDADE DE CONTAR OUTRAS HISTÓRIAS DE PAISAGEM? Contranarrativas além do desenvolvimento e da ruína

*HOW TO PROTECT THE CAPACITY TO TELL
OTHER LANDSCAPE STORIES?
Counter-narratives beyond development and ruin*

Gabriel Schvarsberg¹ e Glaucineide do Nascimento Coelho²

Resumo

O ensaio discute a produção das paisagens a partir da dimensão narrativa. Reconhecendo uma política que define quais histórias ganham visibilidade e quais são silenciadas, o texto indaga sobre autoridade, seleção e apagamento nas narrativas de conservação, situando aí um desafio epistemológico às histórias de paisagem: revisar criticamente a herança moderna da paisagem e engajar a Universidade em alianças com práticas socioambientais territorializadas. A partir de três experiências de pesquisa e extensão, o ensaio sugere pistas para proteger a capacidade de contar outras histórias de paisagem baseadas na “centralidade dos praticantes”, no “pensar pelo meio” e no cultivo de “tecnologias de envolvimento”. Ao atentar para a dimensão colonial e para a feitiçaria capitalista que moldam o imaginário ocidental, argumenta-se pela necessidade de ecologias situadas, capazes de descolonizar o futuro e compor modos de vida enredados nos territórios, abrindo respostas aos impasses contemporâneos para além do desenvolvimento e da ruína.

Palavras-chave: histórias de paisagem; colonialismo; tragédias socioambientais; Região Serrana do Rio de Janeiro.

Abstract

The essay examines landscape production through a narrative lens. Recognizing a politics that determine which stories gain visibility and which are silenced, it questions authority, selection, and erasure within conservation narratives, outlining an epistemological challenge for landscape stories: critically revising the modern legacy of the landscape planning field and engaging the University in alliances with territorialized socio-environmental practices. Drawing on three research and extension experiences, the essay proposes pathways for protecting the capacity to tell other landscape stories, grounded in the “centrality of practitioners,” in “thinking through the middle,” and in cultivating “technologies of involvement.” By paying attention to the colonial dimension and to the capitalist sorcery that shape the Western imagination, it argues for the need for situated ecologies capable of decolonizing the future and composing ways of living entangled with territories, opening responses to contemporary impasses beyond development and ruin.

Keywords: landscape stories, colonialism; capitalist sorcery; socio-environmental

¹ Gabriel Schvarsberg, doutor em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ). Professor associado do Departamento de Arquitetura e Urbanismo e do Programa de Pós-Graduação em Design da Escola Superior de Desenho Industrial Universidade do Estado do Rio de Janeiro (DAU/PPDESDI/UERJ).

² Glaucineide do Nascimento Coelho, doutora em Urbanismo (PROURB/UFRJ). Professora adjunta do Departamento de Arquitetura e Urbanismo e do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Patrimônio da Escola Superior de Desenho Industrial Universidade do Estado do Rio de Janeiro (DAU/PPGAP/UERJ).

disasters; mountain Region of Rio de Janeiro.

Introdução

Vivemos tempos em que muitas das certezas modernas parecem se desfazer. As dificuldades em responder às perturbações ambientais, sociais e subjetivas de nosso presente, para lembrar as três ecologias de Guattari (1990), convivem com deslocamentos forçados de populações, financeirização da terra, expansão da urbanização em escala planetária, aprofundamento das desigualdades, eventos climáticos extremos, entre outras tantas situações que nomeamos como crises. Diante desse cenário, é comum experimentar pensamentos paradoxais perante as paisagens que habitamos, visitamos ou somos convocados a proteger. Ora vemos como inevitável a sua transformação pelos processos do desenvolvimento econômico e produtivo. Ora desejamos recuperar formas de habitar e de conviver destruídas por processos de exploração de florestas, rios e comunidades. Ou apenas sentimos a urgência melancólica de aproveitar o pouco que resta antes da chegada anunciada da catástrofe.

Entre o desenvolvimento e a ruína, parece haver pouco espaço para imaginar outras histórias. É justamente essa sensação de bloqueio que move este ensaio. São muitos os desafios à produção de paisagens que, de alguma forma, sejam expressão de alternativas ao modelo desenvolvimentista e extrativista que hegemoniza a urbanização planetária. Por “alternativas”, podemos pensar em paisagens cuja formação e manutenção estejam associadas a formas de cidadania baseadas na cooperação, na produção de autonomia às comunidades que ali vivem e a relações ambientalmente responsáveis. No entanto, afetos como pessimismo, cinismo ou exaustão operam no nível das subjetividades sintomas do extrativismo material e cognitivo que marca nosso tempo, essa época que chamamos Capitalismo: sistema nascido há duzentos anos com a revolução industrial e a secularização do poder, e que em sua fase atual recebe qualificações como neoliberalismo tardio, pós-industrial ou capitalismo cognitivo. Apesar de poderem ser tomadas como sinônimos, cada palavra dessas narra uma história dessa história e, parafraseando Donna Haraway, “importa quais ideias pensamos para pensar outras ideias. [...] importam as histórias que contamos para contar outras histórias. [...] importa quais histórias produzem mundos e quais mundos produzem histórias” (Haraway, 2023, p. 27).

Seguindo essa pista, se tomarmos a questão da gestão das paisagens a partir das relações entre preservação e as historicidades, o ato (aparentemente simples) de contar histórias de paisagem pode adquirir grande importância em um mundo que ganha sentido através de outras narrativas. Como sugere Tim Ingold (2015), as coisas deste mundo são suas histórias, isto é, elas não existem em um suposto mundo dado e universal, mas ocorrem em mundos de movimento e devir, onde sua constituição se faz em meio à história das relações que as trouxeram até determinado momento. Dessa forma, conhecer uma paisagem e dela se aproximar, seja para habitá-la ou para nela realizar ações que a transformem, implica conhecer as histórias que dela se contam, seguir seus entrelaçamentos, e ser capaz de juntar essas histórias à sua.

Considerando que há sempre forças em jogo nesse entrelaçamento de histórias e, assim, entendendo que contar histórias envolverá sempre uma dimensão política, é fundamental observar as tensões e disputas narrativas e pensar como situar-se diante delas e das paisagens que delas resultam. Assim, algumas perguntas que podem ser feitas diante das paisagens são: que histórias entram e quais ficam de fora nas narrativas de conservação das paisagens? O quê ou quem são narrados como sujeitos e o que ou quem são objetos dessas histórias? Quem pode contá-las e como se

constitui sua autoridade para isso?

Este ensaio propõe uma reflexão sobre os problemas expressos por essas perguntas, a partir de experiências de pesquisa e extensão envolvendo professores e estudantes do curso de arquitetura e urbanismo da UERJ. Particularmente, nos interessa pensar sobre como a universidade pode se inserir nesses processos de disputa em torno da gestão e produção das paisagens. Inicialmente será sugerida uma proposição conceitual que coloca o desafio em termos epistemológicos, considerando a necessidade de revisão crítica da herança moderna da paisagem e o papel do engajamento em alianças e co-aprendizados com lutas e práticas socioambientais de ênfase territorial como parte fundamental desta revisão. Em outras palavras, entender como sugere Cusicanqui (2021), que não pode haver um discurso sobre a descolonização, sem uma prática descolonizadora. Em seguida, compartilhamos três experiências que colocam em disputa a preservação de paisagens, de cujos aprendizados serão extraídas algumas pistas de caminhos para o que defendemos ser importante: mais do que preservar paisagens, proteger a capacidade de contar outras histórias de paisagem, que podemos denominar como contranarrativas, além daquelas do desenvolvimento ou da ruína, como aposta política para compor sujeitos e práticas com capacidade de enfrentar as forças poderosas que conservam a produção da catástrofe ecológica do presente. Importa ressaltar que essas três experiências não são apresentadas como estudos de caso metodológicos; ou seja, não aprofundaremos os modos como trabalhamos junto ao território e seus habitantes, mas sim como campos de emergência de controvérsias narrativas que este ensaio deseja problematizar.

Proteger a capacidade de contar outras histórias no Capitaloceno

Modernidade e colonialismo sempre caminharam juntos (Quijano, 2005; Cusicanqui, 2021). Nas paisagens do Sul Global, essa associação revela sua face mais violenta, pois não se funda apenas na escravização de povos africanos sequestrados, no genocídio indígena e no extrativismo de recursos naturais, mas também no apagamento, subordinação e na desqualificação de outros modos de habitar a terra e contar suas histórias. Neste processo, não apenas foram silenciadas as cosmologias originárias desses povos, mas também as misturas, adaptações e invenções culturais que foram sendo produzidas ao longo da história colonial até os dias atuais. Os efeitos desse processo permanecem visíveis no presente, manifestando-se, entre outras formas, na segregação socioespacial racializada que estrutura grande parte das cidades latino-americanas.

Malcom Ferdinand, defensor de uma ecologia decolonial, sugere que mais do que uma ideologia, “o racismo é uma maneira de habitar a terra que compreende uma engenharia das paisagens ambientais, sociais e políticas”(Ferdinand, 2022, p. 201). Denominar a formação das favelas urbanas brasileiras como aquilombamentos, por exemplo, é uma maneira de reconstituir por meio de revisão da historicidade de um termo como quilombo as raízes coloniais da urbanização capitalista nos trópicos e enfatizar que a inviabilização do acesso de pessoas racializadas pelo regime escravagista à terra urbanizada segundo os preceitos do urbanismo moderno, é um projeto colonial de poder que acompanhou a modernidade urbana.

Assim, a proposição conceitual que aqui se esboça parte da necessária reconexão da preservação das paisagens com suas historicidades. Devemos entender que paisagens se constituem, isto é, adquirem sentido cultural, a partir de como são ditas e descritas em determinados contextos. Assim, é preciso lembrar que há uma relação inequívoca entre a noção de paisagem e o par modernidade-colonialidade pois, como sugere Cauquelin (2007, p. 8), a paisagem “só parece natural ao preço de um artifício

permanente”, artifício este assentado numa episteme moderno-colonial. Falar de gestão e preservação de paisagens implica, portanto, que não podemos esquecer que qualquer paisagem nunca é um fato supostamente natural, mas um ponto de vista social bastante específico situado em relações de poder e, portanto, construído sob os códigos culturais que orientam determinado olhar. Tal desnaturalização não é um exercício simples, como diz a autora:

De fato, parece que a paisagem é continuamente confrontada com um essencialismo que a transforma em um dado natural. Há algo como uma crença comum em uma naturalidade da paisagem, crença bem arraigada e difícil de erradicar, mesmo sendo ela permanentemente desmentida por numerosas práticas (Cauquelin, 2007, p. 8).

Chamemos esta crença arraigada, essa força que insiste em contaminar os modos de pensar e sentir dominantes de feitiço. Inspirados pela ideia de feitiçaria capitalista, proposta por Isabelle Stengers e Philippe Pignarre (2011), sugerimos um deslocamento da ideia de preservação de paisagens para a de *proteção da capacidade de contar histórias de paisagem*. Para entender a importância da ideia de proteção aqui, é preciso entender sua relação com o problema dos feitiços. Marx foi o primeiro a propor que há um tipo de feitiço que contribui para colocar as mercadorias – e o processo de produção e conversão de coisas e seres em mercadorias – como unidade fundamental desse sistema produtivo. O chamado *fetiche* da mercadoria se expressaria no encanto que as mercadorias exercem sobre os consumidores, encanto cuja função é também ocultar as relações de produção por trás de cada mercadoria, produzindo alienação.

Stengers de certo modo atualiza e expande essa ideia, ao propor que é a reprodução de todo o sistema que opera através de um “feitiço sem feiticeiro” (pois não há nenhum agente central por trás de suas engrenagens). Dessa forma, para além de um sistema econômico e político, o capitalismo seria um regime de captura das subjetividades, impondo-se não pela coerção mas por um encantamento que, entre outros efeitos, impede a imaginação de alternativas a ele. Esse feitiço estaria sempre se aperfeiçoando, como um vírus que evolui diante de anticorpos, de tal modo que a questão não é apenas de lutar e resistir contra o sistema, mas também *criar proteções* constantes contra seu feitiço movente que o tempo todo se reorganiza, e cujo efeito mais eficiente tem sido reduzir a capacidade de imaginar e construir outros modos de existência.

Nomear isso que captura as subjetividades como feitiço é também uma maneira de fazer pontes com os saberes “dos outros” do ocidente e da modernidade, povos tradicionais, ameríndios, quilombolas, e tantos outros cujos saberes as ciências e a colonialidade do pensamento desqualificam ou apenas toleram, desde que entendidos na chave do folclore e do simbolismo; aqueles que, vistos de ‘cá’ (dos modernos) como supersticiosos, sabem, do lado de ‘lá’ (dos não modernos), que é de uma imprudência enorme achar que não precisamos de proteção e que diante de tal ceticismo a catástrofe é perfeitamente previsível. O risco pragmático que corremos ao levar a sério a ideia de que estamos sob um sistema feiticeiro, sugere Stengers, é de aceitar a hipótese da catástrofe iminente a que estamos expostos. No entanto, segundo a filósofa, é apenas a partir da abertura a este risco que é possível recolocar a questão da nossa vulnerabilidade e dos aprendizados de proteções como um problema crucial. Elaborar tais proteções dependeria da capacidade de identificar o quê, em cada situação, estaria paralisando e envenenando o pensamento e, assim, nos colocando vulneráveis à captura (Pignarre e Stengers, 2011, pp. 40-41).

Ao pensarmos sobre os desdobramentos dessa ideia sobre a produção das paisagens do sul, é evidente que este feitiço age junto ao processo de inovação contínua das formas de exploração de humanos e não humanos para produzir recursos, sejam

eles commodities, sejam eles cartões postais para o turismo exploratório. Ambas são tendências que compõem o que hoje vemos e, portanto, narramos como paisagens. O feitiço segue contaminando e se proliferando através da história dos vencedores da empresa colonial. No Brasil, esta seria a história da relação patrimonialista com a terra, seja a das elites rurais ou urbanas, nomeadamente: o latifúndio, a monocultura, o extrativismo, a especulação imobiliária – esse “combo” colonial-expansionista que produz escassez no acesso à terra, desterrando pessoas de onde sempre viveram, apagando suas histórias e degradando ecossistemas.

Partindo da atualização que Stengers e Pignarre fazem do feitiço ao deslocar seus sentidos das engrenagens de um capitalismo industrial visto por Marx para os fluxos de um capitalismo cognitivo no neoliberalismo tardio, onde a necessidade de proteção atravessa todas as dimensões da lógica extrativista – do corpo da terra aos corpos de tantos seres, dos territórios expropriados às relações mais que humanas em paisagens perturbadas –, podemos pensar nas implicações de um deslocamento do capitalismo ao Capitaloceno. O termo, derivado dos debates em torno do Antropoceno, nome dado à época geológica em que a ação antrópica teria produzido alterações nos ciclos biofísicos e no regime climático na Terra, emerge em meio às críticas ao problema em atribuir a um “antropos” genérico a responsabilidade por esta era de catástrofes (Danowski e Viveiros de Castro, 2017). Afinal, quem são os responsáveis pela devastação? Que modos de vida produziram as perturbações que agora atingem de forma desigual populações humanas e não humanas? E que histórias são apagadas quando transformamos uma história específica — a da modernidade ocidental, colonial e capitalista — em uma suposta história universal da humanidade?

Não nos parece tão importante debater qual nome é mais preciso, mas pensar o que acontece com as paisagens neste deslocamento escalar, de um feitiço que amplia sua capacidade de envenenamento na lógica da urbanização planetária. Falamos de paisagens implicadas na superação da centralidade da cidade tradicional, onde o Capitaloceno se espacializa por meio das chamadas geografias extensivas da urbanização (Brenner, 2018), que dissolvem a antiga dicotomia urbano-rural ao territorializar as mudanças estruturais das redes de produção/consumo mundializadas através de extensas malhas infraestruturais e redes de comunicação multiescalares. Os municípios da região serrana, onde se territorializam as histórias contadas neste ensaio, constituem exemplos dessas reconfigurações, integrando-se de modo parcial, mas dependente, da região metropolitana do Rio de Janeiro onde é possível perceber gradações de intensidades de urbanização, ora em paisagens mais urbanas, ora mais rurais, mas com inúmeras zonas cinzentas e interconectadas.

Discutindo o Capitaloceno em sua defesa de histórias mais que humanas voltadas a outras mundificações, mais relacionais e situadas, Donna Haraway evoca as proposições de Stengers e Pignarre:

Um compromisso sombrio e enfeitado pela sedução do Progresso nos acorrenta a infinitas alternativas infernais, como se não tivéssemos outras maneiras de remundificar, reimaginar, reviver e nos reconectar reciprocamente em bem-estar multiespécie. [...] Pignarre e Stengers reafirmam a capacidade dos coletivos situados de reinventar novas práticas de imaginação, resistência, revolta, reparação e luto, outras formas de viver e morrer bem. [...] outro mundo não é só urgentemente necessário, como também possível – mas só se não sucumbirmos ao feitiço do desespero, do cinismo ou do otimismo, nem ao discurso da crença/descrença do Progresso (Haraway, 2023, p. 104).

Neste contexto, e seguindo esta proposição, o desafio seria o de não permitir que o feitiço que opera perpetuando essas histórias nos paralise diante da força dos agentes que dominam a produção das paisagens no Capitaloceno. Desse modo, preservar qualquer paisagem atravessada por interesses extrativistas, coloniais e capitalistas de qualquer tipo, envolveria um exercício crítico e coletivo de proteção de histórias deslegitimadas ou em processo de apagamento, bem como da capacidade de contar outras histórias dessas paisagens; histórias capazes de germinar imaginários e desejos de outros modos de viver (Krenak, 2022), de outras relações com a terra além da propriedade e do recurso e, com isso, nos proteger contra a impotência gerada pela escala planetária das perturbações humanas, cujas forças estão envolvidas pela feitiçaria capitalista.

Contranarrativas

Apresentamos agora três experiências que ajudam a pensar como a Universidade pode participar e se posicionar diante desse desafio e, em diálogo com alguns autores, sugerimos três pistas que podem contribuir para processos de construção de proteção que nunca serão universais, mas, ao contrário, precisam emergir de agenciamentos concretos e sempre situados em algum território e junto aos problemas vivenciados por seus habitantes.

PAPO Terê

O primeiro caso é uma experiência de extensão realizada junto ao movimento social de Teresópolis, município da Região Serrana do Rio de Janeiro, que se contextualiza nas disputas em torno do Plano Diretor Municipal, onde foram criadas uma série de interdições pelo poder público. Num primeiro lance, a prefeitura realizou uma revisão do Plano Diretor sem participação social e viu o projeto ser embargado pelo Ministério Público. Diante deste quadro, num segundo momento, a Câmara de Vereadores se responsabilizou, em acordo com o Ministério Público, pela realização dos processos participativos subtraídos da primeira versão, mas diante de ausência de equipe qualificada, propôs uma parceria com a UERJ³ para que formulasse uma metodologia e conduzisse os trabalhos. Num terceiro ato, pouco depois de uma primeira atividade na câmara municipal, cortou a comunicação com o grupo. O motivo: num novo arranjo político, o prefeito passaria a apoiar o presidente da Câmara nas próximas eleições e não seria mais bem vista a tomada do protagonismo do executivo pelo legislativo na revisão do Plano Diretor. Diante do bloqueio do poder público ao processo de planejamento participativo, o grupo que envolvia a sociedade civil, a UERJ e outras Universidades parceiras⁴, resolveu dar continuidade aos debates sob a forma do PAPO - Planejamento Alternativo Popular. Foram realizadas 4 oficinas participativas, mobilizando lideranças comunitárias, coletivos, produtores orgânicos, entre outros atores locais.

Neste processo cheio de camadas, gostaríamos de destacar a dimensão narrativa que permeou tanto os debates temáticos quanto o debate político em torno do processo. De um lado, um poder público alinhado aos interesses da especulação imobiliária bloqueia o debate democrático sobre o futuro da paisagem. A mensagem implícita é de que não há alternativas ao projeto de cidade das oligarquias políticas, de grandes

3 Através do projeto de extensão Habitares Comuns (ESDI-UERJ).

4 Coletivo que realizou atividades entre 2022 e 2024, articulado pela OnG Planeja Terê. Além do projeto Habitares Comuns e do Ateliê de Projeto de Arquitetura e Urbanismo do 8º período do DAU-UERJ, participaram os grupos Projeção de Cenários e Dinâmicas Territoriais (EAU-UFF) e CiDMobi - Cidade Direito e Mobilidade (IPPUR-UFRJ), além de lideranças e ativistas locais.

proprietários de terra e do capital imobiliário de Teresópolis, que avança suas fronteiras especulativas sobre áreas rurais e reservas ambientais. De outro lado, a Universidade se coloca ao lado de movimentos sociais locais que querem contar as histórias de produção de desigualdades e vulnerabilidades pelo planejamento urbano, de como comunidades faveladas resistem à escassez de moradia adequada ou de como pequenos produtores orgânicos ajudam a proteger reservas ambientais e aquíferos produzindo comida de qualidade.

Estes embates ilustram como o Capitaloceno pode ser tratado de maneiras diferentes. Se visto pela potência do poder político e do pretensão desenvolvimento econômico modulados na escala das oligarquias locais do colonialismo de Estado brasileiro, o feitiço capitalista gera a paralisia e a resignação diante da inexorabilidade extrativista. A devastação ambiental seria um resultado inevitável da urbanização neoliberal que age por dentro do Estado para desregular e enfraquecer os instrumentos urbanísticos e o controle social do planejamento da paisagem em um município médio brasileiro, permitindo os avanços especulativos que combinam mercado imobiliário, turismo, Airbnb e agronegócio.

Por outro lado, se visto de maneira aterrada, identificando suas manchas espaciais por meio das histórias contadas pelos praticantes dos territórios nos encontros e dinâmicas do PAPO, suas ações se tornam delimitáveis e os agentes locais podem ser identificados, sendo mapeados, nomeados e assim reposicionados em escala local e em possibilidades de ação política. Ao longo dos encontros, por meio de oficinas que estimulavam a construção coletiva de problemas, sujeitos diversos como associações de moradores de duas favelas, um coletivo de cultura periférica, representantes de agricultores familiares, professores da rede pública de ensino, movimento ambientalista local, entre outros, partilharam as problemáticas municipais de seus pontos de vista e articulam os modos com que agentes privados e públicos desviam os instrumentos de planejamento urbano a favor de seus interesses.

Tal articulação vai constituindo o que Ferdinand (2022) propõe como ecologia decolonial, processo que buscaria costurar o que chama de dupla fratura ambiental/colonial. Nesta ecologia, a preservação dos equilíbrios ecossistêmicos e a busca por emancipação de condições herdadas da lógica colonial formam um mesmo problema. Como afirma Ferdinand, “a ecologia decolonial encontra-se também nas lutas de ecologia urbana a partir dos bairros populares, dos guetos e favelas, onde estão confinadas minorias étnicas, onde a melhoria do meio de vida anda de mãos dadas com a busca por justiça social” (p. 207). Dessa forma, sugerindo a prática política de vincular lutas ambientais e lutas sociais, o autor defende que

ao reconhecer que colonizações, racismos e discriminações de gênero são também maneiras de habitar a Terra, são relações paisagísticas, são forças geológicas no coração da crise ecológica, o questionamento da fratura colonial torna-se a questão fundamental da luta ecologista. Cuidando dessa dupla fratura, a ecologia decolonial faz das degradações da vida social, do extrativismo das peles negras e do racismo ambiental o alvo principal da ação ecológica” (Ferdinand, 2022, p. 201).

Seguindo esta lógica, movimentos ligados à moradia e cultura liderados por pessoas negras e movimentos ligados ao ambientalismo e à agroecologia, liderados por pessoas brancas, constroem não apenas laços de solidariedade, como vínculos em torno de causas compartilhadas em torno da terra urbana. Constroem uma comunidade mais diversa e encontram na Universidade um interlocutor institucional capaz de legitimar e fortalecer suas lutas. A centralidade dos praticantes, assim como a construção

coletiva de instrumentos e situações para pensar de maneira situada em problemas territorializados, aterram o Capitaloceno e produzem proteções contra seu feitiço paralisante, permitindo que outras histórias de paisagem emergjam.

Ao se envolver com essas tramas, a Universidade ajuda a elaborar outra história para o planejamento da paisagem que será levado adiante por esses coletivos diversos em aliança: um projeto urbano-rural que propõe instrumentos para a gestão democrática do município, restrições a ocupações em áreas de preservação, a inserção das favelas no planejamento territorial, a articulação da educação ambiental com a cultura periférica, a valorização da produção agroecológica e do turismo de base comunitária, a revisão do zoneamento para produzir reparações históricas às comunidades vulnerabilizadas e regular a expansão urbana sobre áreas rurais e unidades de conservação, entre outras diretrizes. Uma grande contribuição da Universidade é que todo o debate é espacializado em cartografias, infográficos e postagens em redes sociais⁵. Esse processo tem uma proposta de “pedagogia urbana” (Souza, 2022), que envolve produzir mobilização, articulação entre agentes, além de gerar dados mais acessíveis, que podem instrumentalizar a população para os diálogos sobre o urbano e o debate sobre o Plano Diretor que em algum momento será destravado pela pressão social.

Cartografia da memória das tragédias climáticas

O segundo caso é o trabalho Final de Graduação da aluna Ana Carolina Lopes Gomez (2023). O trabalho realiza uma cartografia afetiva no bairro do Caxambu, em Petrópolis, Região Metropolitana do Rio de Janeiro, muito cuidadosa na aproximação com os moradores para entender como uma comunidade responde, se recupera e como constrói memórias após uma tragédia, como a que ocorreu nas chuvas de 2022 em Petrópolis⁶. O Caxambu foi um dos bairros que sofreu bastante em 2022, mas já acumula um histórico de traumas desde as chuvas dos anos 1980. O trabalho envolveu a produção de cartografias tradicionais para uma leitura geomorfológica e urbanística, assim como entrevistas com moradoras, caminhadas e croquis etnográficos. Cabe destacar que essa aproximação metodológica não é neutra, pois parte do corpo implicado da pesquisadora, ela mesma moradora da região, assumindo uma postura situada que recusa a separação entre quem pesquisa e quem é pesquisado, entendendo o processo cartográfico como um campo de co-produção de sentidos em que os moradores e, sobretudo, as moradoras do Caxambu não são objetos de observação, mas sujeitos ativos na construção de uma leitura territorial que lhes pertence.

Entre muitas questões que o trabalho levanta, está a questão da “injustiça ambiental” (Acserald, Mello, Bezerra, 2009), que se refletiu na discrepância entre a velocidade de resposta do poder público municipal quando se trata de uma área periférica e quando se trata do centro histórico da cidade. A pesquisa partiu do entendimento de que essa discrepância não é conjuntural, mas estrutural, sendo expressão de uma agência deliberada de injustiça ambiental que, como apontam Acserald, Mello e Bezerra (2009), distribui de forma desigual os riscos e as vulnerabilidades segundo recortes de classe, raça e território, pois, como nos lembra Haraway (2023, p. 102) a partir de Eileen Crist, a persistência cada vez mais profunda da escassez e do sofrimento que se abate sobre determinadas formas de vida é um artefato do excepcionalismo humano em todos os seus níveis, recortes que, no contexto do Capitaloceno, se intensificam à medida que a lógica extrativista e a urbanização neoliberal aprofundam as condições de precarização das periferias urbanas.

⁵ Ver “Planejamento Alternativo Popular: Caderno de Propostas” (Coelho e Schvarsberg, 2024).

⁶ Trata-se das chuvas intensas que ocorreram em 15 de fevereiro e 20 de março de 2022 que ocasionaram 242 mortes, além de deixarem milhares de construções interditadas e um grande impacto econômico e na infraestrutura urbana.

Diante deste fato, moradores do Caxambu precisaram encontrar suas próprias respostas emergenciais durante o evento, mas também nos dias que se seguiram às chuvas. Salta nas histórias encontradas o protagonismo das mulheres, sempre à liderança dos coletivos locais dedicados à mobilização comunitária, às ações educativas e à manutenção da memória coletiva. Nesta produção de memória, a presença das águas é quase onipresente na paisagem, uma entidade viva que aciona diversos afetos, ligados à vida e à morte. O redesenho do território feito pelas águas deixa cicatrizes urbanas que denunciam o abandono do Estado, que pouco fez pela sua recuperação. São essas mesmas cicatrizes que agem como mote para a união comunitária, que se fortalece junta para lutar pela visibilidade de seu território e por ações governamentais e recursos públicos.

Esta cartografia, feita de uma coleção de histórias de vida, apresenta uma paisagem muito mais complexa e rica do que as imagens típicas da falta, da vulnerabilidade e da tragédia. Há traumas, mas também uma memória coletiva formada pela diversidade de saberes do território narrado nas falas das co-cartógrafas. Essa memória abriga também as capacidades de cooperação, solidariedade e auto-organização dos moradores e seus modos de aprender a conviver com o luto das perdas e com as águas em sua força e abundância. A memória é sempre social e situada, reconstruída a partir dos vínculos comunitários que orientam a experiência vivida (Halbwachs, 2006). Nesse sentido, a cartografia do Caxambu revela que a memória coletiva produzida após as chuvas não é apenas lembrança, mas um campo de disputa — uma operação narrativa que, como sugere Sarlo (2006), reorganiza sentidos, afetos e posições diante do trauma e do território.

O trabalho entendeu ainda que essa disputa narrativa não pode ser lida de forma isolada, pois ela se insere nas contradições mais amplas do Capitaloceno, na medida em que as tragédias climáticas que atravessam o Caxambu não são eventos excepcionais, mas consequências previsíveis de um regime de acumulação que produz, de forma deliberada e sistemática, a vulnerabilidade de territórios como este, através da desregulação ambiental, da negligência infraestrutural e da colonialidade que orienta a distribuição desigual dos riscos e dos recursos. Nesse sentido, a cartografia afetiva produzida pelo trabalho de Gomez (2023) opera como uma “tecnologia de envolvimento”, que registra o que foi vivido, mas também ativa, pelo ato de narrar coletivamente, novas capacidades de imaginar e reivindicar outros futuros para esse território.

Cartografia do corpo-território no pós-desastre

Do bairro Alto da Serra, em Petrópolis, emerge o terceiro caso — também um Trabalho Final de Graduação —, uma cartografia realizada por Juliana Baur em 2023 como um exercício de ressensibilização das relações entre corpo, território e política em um contexto marcado por “vulnerabilidades socioambientais” (Porto, 2012). Mais do que documentar um desastre, a pesquisa elabora novas condições de legibilidade para “outras histórias” locais (Mignolo, 2020, p. 282) emergirem das mulheres que habitam um dos bairros mais atingidos pelas chuvas de 2022 na cidade de Petrópolis, integrando a dimensão da vulnerabilidade corporal, do luto e da precarização de vidas subalternizadas.

A partir desse contexto, interessa-nos sublinhar a conexão entre o que o trabalho revela empiricamente e o que o debate do Capitaloceno nos convida a reconhecer, a saber, que os colapsos ambientais que afetam bairros como o Alto da Serra não são acidentes, mas produtos de uma lógica de acumulação que não apenas extrai recursos da natureza, mas também das vidas, dos corpos e dos territórios dos mais vulneráveis. A lógica que racializa a exposição ao risco, expõe na cartografia como

recai de modo desproporcional sobre as mulheres negras e periféricas o peso das catástrofes climáticas, ao mesmo tempo em que lhes nega os recursos necessários à recuperação.

A devastação que atravessou o bairro do Alto da Serra expõe um léxico da paisagem que revela as assimetrias de poder que sustentam a produção social das cidades, acirrando as injustiças ambientais. Após uma aproximação cuidadosa com lideranças, foram propostos jogos cartográficos em um conjunto de encontros com uma rede de mulheres atingidas pela tragédia. Nestes encontros, as mulheres falaram de suas perdas familiares e materiais. Algumas perderam suas casas, seja para a enxurrada, seja para a interdição pela Defesa Civil. Parte pôde retornar ao território, parte se deslocou. A indignação se expressa na percepção de desequilíbrio entre o investimento em obras para recuperar o centro da cidade, onde estão os bairros nobres, e as políticas habitacionais e urbanísticas voltadas para a comunidade. A política de resposta municipal é amplamente criticada por seus limites, lentidão, fragilidades e incapacidade de garantir não apenas o direito básico à moradia digna, mas o direito à dignidade coletiva de uma comunidade com uma história comum, que se forma a partir de laços sociais entre si e com o território. Acessando um aluguel social insuficiente, aguardando em filas para uma distante possibilidade de receber uma casa em empreendimento de habitação social que não sai do papel, as mulheres mostram a força de uma economia do cuidado cujas redes de solidariedade garantem que ninguém fique para trás. Essa rede mostra que o conhecimento territorial comunitário poderia reorientar um processo de urbanização com adaptação ao risco; que estas redes precisam ser escutadas para a formulação de uma política mais eficaz na manutenção dos laços de vizinhança, entendidos como aspectos centrais na reestruturação da dinâmica cotidiana de crianças, idosos e das formas de geração de renda em bairros populares.

O trabalho parte de uma epistemologia situada, atravessada pela noção de corpo-território, tal como elaborada por Verónica Gago (2020), para revelar como os modos de habitar, sentir e sobreviver ao colapso ambiental são inseparáveis das camadas históricas que racializam, generificam e precarizam o espaço urbano. Ou seja, a paisagem não é mera superfície geográfica, é também um território denso de afetos, saberes e práticas de cuidado tecidas no cotidiano, onde cada gesto das mulheres, cada memória evocada e cada denúncia feita no processo de escuta participativa reordena o território como arena de disputa, revelando camadas invisibilizadas de outras existências e realidades que tecem a paisagem. A pesquisa, em diálogo com Gago (2020), aponta que o corpo feminino nos territórios subalternizados não é apenas vítima passiva das violências estruturais, mas também o lugar onde se elaboram, coletivamente, as resistências, os saberes e as práticas de cuidado que constituem outras formas de relacionar-se com o território, formas que o paradigma urbanístico hegemônico, ancorado nos léxicos coloniais e desenvolvimentistas, sistematicamente invisibiliza.

Nesse sentido, a cartografia afetiva conduzida no Alto da Serra parte do pressuposto de que ‘cartografar com’ é praticar uma ação política-politizante, um despertar da latente consciência política do comum (Ribeiro, 2002), mobilizando uma política da presença do corpo feminino que desestabiliza o olhar técnico-normativo e restitui a centralidade daquelas que efetivamente sustentam a vida em territórios vulnerabilizados. Acrescentamos que essa dimensão política e politizante da cartografia também é instrumento de resistência e denúncia da colonialidade. Cartografar com as mulheres do Alto da Serra atuou como um ato de contracolonização, no mesmo sentido que Antônio Bispo dos Santos (2023) atribui a esse termo, ao afirmar que contracolonizar é “querer me colonizar e eu não aceitar que você me colonize, é eu me defender” (Santos, 2023, p. 36). Para o autor, esse movimento implica enfraquecer as “palavras coloniais” (p. 3) que naturalizam a dominação, substituindo-as por denominações que

potencializam saberes subalternizados e reconhecem modos de vida não redutíveis à lógica colonial.

Nessa proposta, o importante é explicitar o alcance dos jogos cartográficos enquanto tecnologias de envolvimento, como forma de narrar juntos as paisagens em “contrapelo” (Benjamin, 1994) aos léxicos coloniais e desenvolvimentistas que capturam o paradigma da urbanização. Ao escutar de forma atenta as mulheres — suas memórias corporais, suas estratégias de cuidado, suas percepções da cidade pós-desastre —, pertencimentos outros são ativados a partir de um exercício que tensiona narrativas insurgentes e celebra as “alianças afetivas”, como sugere Krenak (2022, p. 73). Tais alianças afetivas, formando redes invisíveis que costuram corpo e território, podem ser vistas como a imagem proposta por Vinciane Despret (2022, p. 108), em que “a teia que a aranha tece define os limites de seu corpo no espaço; é o corpo da aranha”. Como as aranhas, as mulheres do Alto da Serra produzem territórios que são também corpos que denunciam, reconstroem e reinventam o mundo ao qual pertencem. É nesse sentido que as cartografias afetivas operam como tecnologias de envolvimento: modos de tecer, com o território, narrativas que resistem, respondem e reafirmam outras possibilidades de existência.

Além do desenvolvimento e da ruína

A partir desses três casos, todos envolvendo a produção de narrativas distintas tanto do ideário desenvolvimentista quanto da narrativa catastrofista da ruína produzida pelo capitalismo, podemos esboçar algumas pistas sobre o desafio de construir proteções para a capacidade de contar outras histórias.

Pistas 1- centralidade dos praticantes

A primeira pista aponta para a centralidade dos praticantes dos territórios e a importância de uma aproximação atenta e aberta ao modo como a produção do território se constitui como problema para esses praticantes, mesmo que não seja a *nossa* maneira de definir os problemas. Cada vez mais, as práticas extensionistas nas Universidades têm procurado reposicionar-se diante de outros saberes, atentando para a colonialidade em movimento não necessariamente no conhecimento que produz (embora muitas vezes também seja o caso), mas na condição de autoridade que este se coloca em relação às outras práticas. O problema está em saber dosar/ajustar, ser capaz de neutralizar ou utilizar a condição de autoridade nos processos de interlocução com os agentes atuantes em cada “assembleia”, frente a cada situação. Se é importante ser capaz de escutar e aprender com outros saberes, em determinadas situações, é a autoridade associada à Universidade que pode ser também um instrumento tático de apoio às lutas sociais, por exemplo.

Este seria um caminho para o exercício de uma ecologia das práticas (Stengers, 2021), onde não há modelos a seguir, mas processos de escuta, ressonância, composição entre diferentes praticantes. Neste ambiente, a cartografia da ação (Ribeiro, 2002) se constitui como proposta epistêmica a uma ecologia das práticas, ao traçar mapas que não apenas representem, mas intervenham ativamente na produção dos territórios, buscando potencializar a ação social. Esta ferramenta pode contribuir para a produção e reativação de histórias de paisagem que, de outro modo, teriam sido apagadas, criminalizadas ou capturadas. Aqui o fazer mapas é uma invenção coletiva das próprias identidades e territorialidades que emergem na fabulação dos encontros entre práticas. Sua aposta é de um fazer ciência implicada, e não supostamente neutra, que passa por escolhas que são políticas. Perguntar então: com que práticas iremos nos articular? Que narrativas devemos fortalecer com nossas práticas acadêmicas? Como podemos

compor, junto aos habitantes, os mapas de suas próprias territorialidades?

Pista 2 - pensar pelo meio

A segunda pista ajuda a lidar com o problema das escalas. Esta é uma questão particularmente sensível, na medida em que os desafios colocados pela emergência climática se caracterizam na problemática dos “hiperobjetos”, onde a escala seria grande demais, tanto para observar o problema, quanto para definir as estratégias de enfrentamento a ele (Danowski e Viveiros de Castro, 2014). É a sensação de impotência diante da percepção de que ações locais surtem pouco efeito na mitigação do aquecimento global, por exemplo; e de que os estados nacionais, aqueles que deveriam ser capazes de coordenar um grande esforço comum, não o fazem por estarem reféns do capital financeiro e dos agentes da catástrofe (multinacionais do petróleo, mineradoras etc.) e sua sanha extrativista.

Duas abordagens metodológicas se complementam para criar proteções a este tipo de paralisia. A primeira é a proposta de entender o Antropoceno/Capitaloceno a partir de suas manchas, ou fragmentos. A antropóloga Anna Tsing (2021) explica que, na ecologia da paisagem, manchas são composições diferenciadas de espécies e condições ecológicas. Elas se formam a partir de dinâmicas particulares entre espécies e as paisagens que habitam e transformam, sobretudo a partir dos distúrbios gerados pela ação humana. As manchas de paisagem permitem aterrar o Capitaloceno, percebê-lo em campo e, com isso, atentar para as interrelações entre justiça ambiental e desigualdades sociais nos territórios. Assim, a escala vai depender do fenômeno estudado.

Se a infraestrutura tem a ver com monoculturas, a estrutura de mancha que você busca segue as plantações. Se tem a ver com a distribuição da radioatividade, a estrutura de paisagem que você precisa segue a radioatividade. (...) Quais infraestruturas estão envolvidas? Quais manchas de estruturas de paisagem elas produzem? Como as formas de coerção e disciplina de humanos e não humanos estão interligadas? Quais suas consequências ferais? (Tsing, 2021, p. 184).

A segunda abordagem complementa as manchas e se refere à ideia de *pensar pelo meio*. Isto implica praticar uma política que não se prende a predefinições como macro ou micro, mas é sempre uma mesopolítica. O meio aqui tem a dupla acepção de situação intermediária, intervalar, e também de ambiente, de “oikos”, um pensamento ecológico. Pensar pelo meio corresponderia então, por um lado, ao exercício de renúncia de bases gerais ou horizontes ideais universalizáveis para as ações. O pensamento ecológico, por outro lado, exige que se procure manter qualquer problema e qualquer prática ancorados no ambiente onde eles se expressam, considerando que são fruto de uma história e esta é indissociável do meio de onde emergiu, o que não confere a nenhuma teoria “o poder de desemaranhar algo de seu ambiente particular.” (Stengers, 2021)

Pista 3 - tecnologias de envolvimento

Este é um trabalho de ligação, de costura, de enredamento. Precisamos de um planejamento orientado por teorias do envolvimento (Ribeiro, 2012).

7 Como explica Anna Tsing, “Em inglês, o termo “feral” (feral) se refere a animais que escaparam da domesticação. Ampliamos o termo para destacar como seres vivos e não vivos podem ganhar novos poderes ao se associarem aos projetos humanos modificadores da terra, da água e da atmosfera que chamamos de infraestruturas” (Tsing, 2021, p. 177).

A terceira pista, totalmente integrada às anteriores, fala de envolvimento: entre praticantes, entre as práticas e seus ambientes, entre nossas histórias e as histórias de cada lugar. Pensadores como Ailton Krenak e Antônio Bispo dos Santos parecem responder à provocação de Ana Clara Torres Ribeiro, propondo a partir das ontologias afroindígenas teorias que defendem o envolvimento como uma alternativa ao paradigma do desenvolvimento e com as quais outras formas de planejamento têm muito o que aprender.

O pensador quilombola associa o desenvolvimento ao processo histórico que levou a humanidade a ver-se como algo separado da natureza, resultado do amplo processo de desconexão — do humanismo em relação aos outros vivos e à relação com a terra — que conduziu à formulação das narrativas universais da civilização, do progresso e do desenvolvimento. A essa desconexão, ele dá o nome de cosmofofia (Bispo dos Santos, 2023). Entendido como uma doença, o medo do cosmos, dos processos que não se submetem ao domínio da ciência, do mercado, da razão ou das religiões monoteístas, leva ao apagamento das outras histórias que ficaram fora dos livros do Ocidente.

Assim, vivemos sob um modelo de urbanização que produz cidades e paisagens cosmofoficas, cujas histórias des-envolvem sociedade e natureza. Podemos pensar então em tecnologias de envolvimento para fazer frente à cosmofofia. Como técnicas de proteção, estas seriam práticas de contracolônização, segundo Bispo, formas de imunização contra a doença da cosmofofia. Para ele, uma das maneiras de fazer isso consiste em enfraquecer as palavras coloniais, numa ‘guerra de denominações’, contando e espalhando outras histórias com palavras capazes de germinar outros modos de viver.

As três experiências aqui apresentadas exemplificam como, por meio dessas pistas, podemos proteger a capacidade de contar outras histórias de paisagem. No Papo Terê, na Cartografia afetiva do Caxambu e na Cartografia com as mulheres do Alto da Serra, foi pensando pelo meio, buscando construir conhecimento situado e promover articulações coletivas e territoriais através de práticas de envolvimento — entre pesquisadores e comunidades, entre comunidades e seus territórios ou mesmo entre distintos coletivos formando uma comunidade em torno de uma causa partilhada — que se fez possível contar outras histórias das paisagens serranas. Seja nas articulações entre ambientalistas, agricultores e moradores de favela em torno do Plano Diretor de Teresópolis; seja no reconhecimento de comunidades que se organizam para reagir a um desastre socioambiental e buscam repensar os riscos, vulnerabilidades e potências entre corpo, território, águas e as práticas de cuidado lideradas por mulheres no Caxambu e no Alto da Serra em Petrópolis; foi no “fazer com” a universidade e situando as narrativas da paisagem em torno dos habitantes e suas experiências concretas em territorialidades delimitáveis, que outras histórias de paisagem puderam emergir.

Neste ponto, o conceito de corpo-território (Gago, 2020) exige que não seja mais possível pensar a conservação da paisagem como uma natureza ou uma materialidade separada das relações entre humanos e não humanos e que outras relações entre cidade-natureza só podem ser pensadas a partir de uma ecologia decolonial (Ferdinand, 2022), onde enfrentar racismo e questões de gênero implique incluir seus desdobramentos na formação das paisagens. Assim, pensar em políticas para as paisagens diante do Capitaloceno passa por entender que paisagens só podem ser conservadas através da proteção e fortalecimento de práticas que se territorializam ali em comunidades mais que humanas como o cuidado coletivo, a autogestão da vida comunitária, a agroecologia, as culturas periféricas que convertem estigmas negativos em orgulho e autoafirmação, a liderança feminina entre outros aspectos de habitabilidades que não param de se inventar localmente.

Considerações finais

Neste ensaio, vimos que a narrativa tem uma centralidade na produção das paisagens e que atentar à dimensão colonial e à feitiçaria capitalista presentes nas narrativas de paisagem é fundamental para aumentar as capacidades de contarmos outras histórias. Se, desde sua invenção enquanto conceito (Cauquelin, 2007), a paisagem permaneceu circunscrita à linguagem do Ocidente, esse cuja história vem produzindo cada vez mais cosmofofia e devastação ambiental, a aposta aqui colocada está em colecionar, produzir e difundir histórias onde paisagens falam de modos de vida ecologicamente entrelaçados e envolvidos nos e com os territórios.

Porém não se trata de tarefa fácil. Inspirados pela noção de feitiçaria capitalista proposta por Isabelle Stengers e Philippe Pignarre (2011), sugerimos que parte dessa dificuldade decorre de um envenenamento das capacidades de imaginar, desejar e construir alternativas que se espraia na escala da urbanização planetária no Capitaloceno. Nesse contexto, proteger paisagens não pode se limitar a apenas conservar formas físicas ou atributos ambientais sem questionamento dos sentidos e valores destas formas, sem se perguntar quem tem legitimidade para determinar as funções e significados da paisagem. Defendemos que as políticas de conservação devem constantemente reavaliar seus pressupostos epistemológicos ao buscar modos e meios de proteção das capacidades de contar outras histórias de paisagem; histórias capazes de deslocar os sentidos dominantes que transformam territórios em recursos, comunidades em obstáculos e futuros em mercadorias.

Essa proteção, contudo, não se realiza por meio de um exercício abstrato de imaginação criativa daqueles que herdaram a tradição moderna no campo projetual: arquitetos, planejadores, paisagistas, designers, técnicos de autarquias e agências que fazem a gestão das paisagens. Stengers, ao defender que “uma outra ciência é possível”, sublinha que sem uma tradição coletiva a reativar, o caminho para reaprendizagens de outras histórias de paisagem é se conectar com movimentos de resistência, tanto políticos quanto epistêmicos, caso contrário, há um risco de incorrer em narrativas artificiais com traços de exotismo (Stengers, 2023). Assim, criar proteções implica construir conexões entre e com os “outros da modernidade” por meio de práticas concretas de encontro entre saberes, experiências e modos de habitar. Depende, como nos casos aqui apresentados, da construção de alianças entre universidade, movimentos sociais, coletivos territoriais e praticantes envolvidos cotidianamente com os conflitos e as transformações das paisagens. É nesse ‘fazer com’, nesse fazer junto, que situamos a possibilidade de produzir narrativas capazes de ampliar a legibilidade dos territórios, de redefinir regimes de visibilidade, e de sustentar outras formas de ação técnica e política diante das disputas socioambientais do presente.

Descolonizar o futuro é hoje um desafio fundamental, uma vez que o próprio futuro se tornou uma das novas fronteiras de expansão do capitalismo (Ribeiro, 2012; Miraftab, 2016). Contra a narrativa de que não existem alternativas concretas ou de que os problemas contemporâneos são grandes demais para qualquer ação significativa, as pistas sugeridas neste ensaio apontam para a importância de buscar ecologias situadas, mais complexas e menos binárias do que as histórias da vitória do desenvolvimento ou da ruína inevitável produzida pela exploração dos territórios e das subjetividades. São práticas que sugerem outros possíveis para as paisagens e para as histórias que contamos sobre elas. Se a feitiçaria capitalista opera bloqueando a imaginação de futuros menos catastróficos, uma forma de proteção consiste em ampliar nossa capacidade de contar outras histórias. Histórias que se constroem por meio de tecnologias de envolvimento com as práticas e seus territórios. Pensando pelo meio e compondo enredos junto aos praticantes, essas contranarrativas podem contribuir para a formação de sujeitos políticos capazes de enfrentar os desafios do

presente e aqueles que ainda estão por vir.

Referências

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campello do Amaral; BEZERRA, Gustavo das Neves. *O que é justiça ambiental*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

BAUR, Juliana. *Cidade, mulher e poder: vulnerabilidades socioambientais e a instituição de direitos urbanos no Alto da Serra em Petrópolis - RJ*. 2023. 158 f. Trabalho final de graduação (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Escola Superior de Desenho Industrial da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Petrópolis, 2023.

BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas (v.1): Magia e Técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense,

1994.

BISPO DOS SANTOS, Antônio. *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu/Piseagrama, 2023

BRENNER, Neil. *Espaços da urbanização: o urbano a partir da teoria crítica*. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2018.

CAUQUELIN, Anne. *A invenção da paisagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

COELHO, Glauci; SCHVARSBERG, Gabriel (Orgs.). *Planejamento Alternativo Popular: Caderno de propostas* (publicação digital). 2024. Disponível em: <https://www.esdi.uerj.br/extensao/4930/habitaes-comuns-praticas-e-narrativas-de-envolvimento-para-autonomia-urbana>.

CUSICANQUI, Silvia R. *Ch'ixinakak utxiwa: uma reflexão sobre práticas e discursos descolonizadores*. São Paulo: n-1 edições, 2021.

DANOWSKI, Déborah; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *Há um mundo por vir?* Ensaios sobre os medos e os fins. Florianópolis: Cultura e Barbárie, 2014.

DESPRET, Vinciane. *Habitar como un pájaro: modos de hacer y de pensar los territorios*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Cactus, 2022.

FERDINAND, Malcom. *Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho*. São Paulo: Ubu, 2022.

GOMEZ, Ana Carolina Lopes. *Cartografia dos Afetos: Métodos etnográficos para criação de vínculo junto aos moradores do Caxambu, Petrópolis*. 2023. Trabalho Final de Graduação (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2023.

GUATTARI, Felix. *As três ecologias*. Campinas, SP: Papirus, 1990.

HARAWAY, Donna. *Ficar com o problema: fazer parentes no Chthuluceno*. São Paulo: n-1 edições, 2023.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro Editora, 2006.

INGOLD, Tim. *Estar vivo: ensaio sobre movimento, conhecimento e descrição*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

KRENAK, *Futuro ancestral*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2022.

MIGNOLO, Walter. *Historias Locais / Projeto Globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. tradução de Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2020.

MIRAFETAB, Faranak. *Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano*. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais* (Online). Recife: 2016, v. 18, n. 3, p.363-377, set-dez. 2016.

PIGNARRE, Phillippe; STENGERS, Isabelle. *Capitalist Sorcery: breaking the spell*. London, UK: Palgrave Macmillan, 2011.

PORTO, Marcelo Firpo de Souza. *Uma ecologia política dos riscos: princípios para integrarmos o local e o global na promoção da saúde e da justiça ambiental*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2012, 2ª edição.

QUIJANO, Anibal. *Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina*. In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro 2005. p. 117-142.

RIBEIRO, Ana Clara Torres et al. *Por uma cartografia da ação: pequeno ensaio de método*. In: *CADERNOS IPPUR* Ano XV, No 2, Ago-Dez 2001 / Ano XVI, No 1, Jan-Jul 2002.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. *Por uma sociologia do presente: ação, técnica e espaço*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012.

SARLO, Beatriz. *Tiempo pasado: cultura de la memoria y primera persona*. México: Siglo XXI Editores, 2006.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

STENGERS, Isabelle. *Notas introdutórias sobre uma ecologia de práticas*. In: MATTOS, Wladimir (Coord.). *Artecompostagem'21*. São Paulo: Universidade Estadual Paulista/ Instituto de Artes, 2021.

STENGERS, Isabelle. *Uma outra ciência é possível: manifesto por uma desaceleração das ciências*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2023.

TSING, Anna. *O Antropoceno mais que Humano*. *Ilha – Revista de Antropologia*. Florianópolis, 2021, v. 23, n.1, p. 176-191.

TSING, Anna. *O cogumelo no fim do mundo: sobre a possibilidade de vida nas ruínas do capitalismo*. São Paulo: n-1 edições, 2022.